

CONSELHO CONSULTIVO DO AUDIOVISUAL DE PERNAMBUCO

1ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco – 2020

Data: 15/05/2020

Horário: 14h

Participantes: Aline Oliveira (Funcultura/FUNDARPE), Bruna Tavares (Sertão), Cynthia Falcão (Stic), Felipe Peres (EPC), Elder Vieira(TVU/UFPE), André Pina(Mata norte), Igor Travassos (ABD-Apecí), Alexandre Soares(Agreste), Lêda Dias(GPC-Secult/PE), Juliana Araújo (Assessora da Coordenadoria do Audiovisual – Secult/PE), Mannu Costa(UFPE), Camilo Soares(UFPE), Marco Mondain (Núcleo de Rádio e TV/UFPE), Maria do Carmo Sintra(SEDUC/PE), Mario Jarbas(Funcultura/FUNDARPE), Marlon Meirelles (Agreste), Ernesto Barros (Fundação Joaquim Nabuco), Pollyana Melo (ABD-Apecí) Priscila Urpia (Fepec), Rafael Buda(ABCA), Richard Soares(FEPEC), Rodrigo Carneiro(ABRAGAMES), Sebastião Costa(Sertão), Ulisses Brandão(BRAVI), Luciana Poncionni(Coordenadora do Audiovisual – Secult/PE), Hugo Fulco(Assistente da Coordenadoria do Audiovisual – Secult-PE), Silvana Meireles (Secretária Executiva de Cultura de Pernambuco) e Gilberto Freyre Neto (Secretário de Cultura de Pernambuco).

Local: Reunião Virtual

PAUTA: Apresentação do conselho, Pandemia/Crise e Funcultura

No dia onze (15) de maio de dois mil e vinte (2020), estiveram reunidos virtualmente, encontro transmitido via internet, das 14h às 17h, os integrantes do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco para sua primeira reunião ordinária do exercício de 2020.

A reunião foi aberta por Silvana Meirelles dando um informe sobre a situação atual da conjuntura cultural, informando sobre o projeto de Almir Blanc que tem a emergência de ser sancionado para que a sociedade cultural tenha como sobreviver mediante a pandemia. Silvana também ressaltou a necessidade de termos um cadastro cultural atualizado, para que possamos saber onde estão os trabalhadores da cultura e onde está essa cadeia.

O primeiro do uso da fala foi o secretário Gilberto falando da importância deste fórum de discussão e explica um pouco o papel do governo de estado na luta diária do combate ao COVID-19.

Seguindo a reunião, Silvana Meirelles abre o segundo ponto de pauta, explicando como está a discussão nacionalmente para enfrentar a crise proveniente da pandemia ressaltando o projeto de lei emergencial da cultura que já tem data marcada de votação no congresso nacional, e ressalta que se a votação for favorável o recurso será destinado aos estados e municípios. Para concluir, ressalta a importância de fortalecermos o mapa cultural de Pernambuco e cadastrarmos os produtores para que possamos estar à frente para quando a lei for aprovada Pernambuco esteja pronto para repassar os recursos.

Terceiro ponto de pauta foi provocado por Aline, superintendente do Funcultura, ela traz ao grupo um balanço do 12º e 13º edital do audiovisual, no 12º, 98 projetos habilitados na fase documental, no 13º, 410 habilitados na fase documental, somando dos dois editais 499 projetos habilitados na fase documental. Ela explica ainda o porquê não foi solicitada ao conselho a indicação dos pareceristas, existem indefinições jurídicas e de previsão financeira do Estado junto ao tribunal de contas, motivada pelo estado de calamidade pública aderida junto ao governo para auxiliar ao combate do covid-19. Financeiramente falando para se ter uma análise de projetos on-line não se tem um grande problema, mas tem que haver uma pactuação junto a Secretária da Fazenda. Mas ela reafirma que a grande questão hoje para continuar o processo dos dois editais em questão é tramites relacionada ao novo contexto que a sociedade se encontra da pandemia. E garante que tanto o Secretário e o Presidente da Fundarpe estão empenhados para a resolução dos problemas mediante aos órgãos de controle.

Abrindo as inscrições, o primeiro inscrito é Igor, representante da ABD/Apecí; relacionado ao primeiro ponto de pauta ele se diz preocupado pela postura do governo de estado relacionado à cultura durante a pandemia, ele ainda cita as ações voltada ao audiovisual, que possivelmente não ocorrerá e isso atingiria diretamente quem produz cultura. Ele ainda cita que não existe uma perspectiva de assinatura da PL emergencial por parte do governo federal e é muito prejudicial que o governo conte com essa postura do estado de depender da sanção da lei em questão. Ele ainda pergunta se existe alguma ideia de ação com o orçamento que a existe já destinada pelo governo para a cultura, e se existe alguma possibilidade de algum recurso novo para a classe cultural durante o enfrentamento da pandemia?

A segunda inscrita é Pollyana, representante da ABD/Apecí; concordando com Igor ela se mostra preocupada que o governo do estado está gastando toda sua estrutura para pensar única e exclusivamente na PL Almir Blanc que depende de um tramite burocrático inserto,

pois deverá passar pela câmara, depois ao senado e por último a sanção do presidente. Ela ainda fala que faz parte da câmara setorial do audiovisual e participa de um grupo de estudo que pensa em fundo de investimento junto ao governo para auxiliar os fazedores de cultura. Também ressalta a necessidade de se cadastrar os fazedores de cultura através de cadastro único. E por último referindo-se ao Funcultura ele se mostra preocupada por não saber se o calendário que foi combinado junto a superintendência será garantido. Ainda diz que é preciso de um gesto do governo do estado com os recursos a garantidos para não se perder. Ela ainda cobra um posicionamento do governo em relação ao fundo setorial do FSA.

Terceiro inscrito Rafael Buda, representante da ABCA, ele começa sua intervenção fazendo um balanço do governo em 3 anos e se diz muito preocupado com a instabilidade que a cultura se encontra no Brasil. Ele ressalta a importância da PL emergencial da cultura e diz que todas as esferas têm que pressionar o governo federal para que a lei seja aprovada, mas ele ressalta de compreendermos o valor destinado que tem repasse estadual e municipal. Em relação ao Funcultura ele cobra um levantamento junto aos projetos que estão pendentes ao recebimento de recurso.

Quarto inscrito Cynthia, representante da STIC, ele começa saudando a nova gestão do conselho e ressalta a importância do fórum. Primeiramente ele pede a Luciana e Aline através de link as resoluções e recomendações do TCU para se pensar em medidas que pode ser tomadas e também pede as recomendações financeiras do governo do estado junto a secretaria de cultura. Ainda fala que o governo do estado tem uma oportunidade de diálogo com a classe cultural através do conselho. Em relação ao edital do audiovisual ela fala que precisa de um plano A e B para que ocorra o processo dos editais do Funcultura e que é de extrema importância o processo seletivo não parar. Ela também pergunta o que o governo do estado pensa de novo para combater a pandemia.

Quinto inscrito Marlon Meirelles, representante do agreste. Primeiro ele pergunta a Aline qual é a forma de comunicação adotada pelo Funcultura durante a pandemia, e questões de prazos como ficaram, se vai haver alguma alteração ou permanecerá.

Encerrado o bloco de inscritos, as intervenções serão respondidas primeiramente por Silvana Meireles. Ela começa dizendo que a medida do governo do estado em acompanhar a PL1075 é uma ação absoluta da secretária de cultura e ela junto com o secretário é quem estar acompanhando e que isso é de extrema urgência. Segundo ponto de esclarecimento é que existe um plano B, mas ainda existe uma dificuldade financeira e hoje a maior medida

adotada pela gestão é não haver corte do orçamento atual. E hoje existe uma discussão como será utilizado o recurso garantidos, como por exemplo o São João, e fala que existe dois grupos de trabalho que pensa em duas medidas: recurso para sobrevivência e pensar no futuro, hoje a discussão é pensar como utilizar os recursos da melhor forma mediante a pandemia. Mas de toda forma o governo ainda não se posicionou se haverá São João e se não houver como será utilizado os recursos. E para tranquilizar ela fala que a hora é de planejar qual é a melhor alternativa no momento e hoje existe uma discussão do conselho como serão os editais de música e geral no momento. E a FUNDARPE hoje pensa no ideal para a utilização dos recursos do FIG e Festival de Cinema de Triunfo, mas ainda não tem como planejar, pois não existe o controle da pandemia e infelizmente não existe uma perspectiva de utilização de recurso mediante ao caso. Por isso a importância de se aprovar a PL1075, pois assim é melhor forma de ter recursos novos devido ao caos que se encontra hoje. Em relação aos prêmios, existem 5 hoje vigentes, 2 já estão na rua e 3 ainda podem ser discutidos e pode ser desenhado de uma nova forma mediante a pandemia. Outro esclarecimento é dirigido a Pollyana, referente a estrutura da secretaria ela não está toda voltada a PL, mas sim em manter os recursos para que possamos projetar um novo rumo mediante a situação, ressaltando a importância do cadastro e ela concorda na questão de não poder depender com o governo federal. Mas garante que existe uma pressão dos setores para aprovação da mesma PL. Em relação ao edital do audiovisual, Silvana acredita que o conselho é lugar legítimo de nortear a postura junto ao trâmite do edital. No uso da sua fala ele afirma que existe hoje uma ação junto a secretaria de ação social de distribuição de sextas básicas. Para concluir; ela fala do momento frágil e existe hoje um corte de 30% dos recursos de todas as secretarias. E por último ela esclarece o papel da Câmara Setorial do Audiovisual que discute com a gama do audiovisual voltada para o mercado e não da política pois esse é o papel do conselho. Ela ainda ressalta que haverá uma nova normalidade que afetará a cultura.

Aline continua a responder as indagações, ela seguiu o roteiro de fala respondendo primeiramente a Igor, e ressalta que o foco não é unicamente a PL e que através do secretário de cultura existe a luta por um aporte, e que hoje existe um planejamento de 7,5 milhões para o Funcultura deste ano. Sobre o arranjo com a Ancine respondeu dizendo que não aceitava os 3,3 milhões e que só aceitava os 9,280 milhões e que hoje é impossível se comprometer com este recurso mediante a nossa situação financeira. Em relação ao arranjo regional de 2017/2018 hoje a contrapartida de 7,5 já foi atingida e será prestada conta junto

a Ancine e se compromete a mandar as planilhas com os valores em questão. Ela também ressalta a dificuldade de juntar as informações durante o isolamento social, mas ela se compromete em se esforçar para juntar todas para que possa garantir o calendário do Funcultura. Ela ainda cita a necessidade do cadastro do produtor cultura nesse momento e pode ajudar, mas existem outros profissionais que não são contemplados por este sistema. Ainda em relação a comunicação junto ao Funcultura ela fala que existe sim uma dificuldade e hoje os telefones da Fundarpe estão sendo desviados para os celulares das pessoas competentes para dar o retorno necessário. Em relação aos prazos, nos demos 120 dias de prorrogação compulsória e foi publicado no dia 17 de março e se houver necessidade de outra prorrogação será feita. Ela ainda fala que hoje existe sim uma medida do Funcultura de responder da melhor maneira e da forma mais rápida e que existe um comprometimento de garantir o calendário.

Silvana pede a fala novamente, para ressaltar dois pontos, o primeiro é o cadastro do CPC; “ele não dá conta de atingir toda camada cultural, infelizmente”. O segundo é em relação a ANCINE, “depois da publicação do edital foi encaminhada uma resposta por parte dela dizendo que existe uma possibilidade de manter o arranjo, mas com outros termos, não mais aceitando a forma que era feita antigamente.” Mas de fato não é uma discussão para o momento e que ainda existe parcelas que a foram assinas e não foi liberado o valor acordado.

Seguindo para o segundo bloco, com a palavra Igor; Ele pede para que Aline possa explicar se hoje algum recurso do Funcultura foi retirado para combater o Covid-19. Ele ainda ressalta que está debatendo o futuro de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e que o governo precisa ser transparente com as informações. E cobra um posicionamento do governo com a carta da ABD entregue e sem nem retorno das esferas governamentais. Ainda sobre a câmara setorial ele questiona a sua atuação e porque não existe representante do sertão e do agreste e ainda afirma o quanto é perigoso o comitê se articular sem a compreensão do conselho.

Pollyana pede a palavra e fala que é necessária pensar pós-pandemia e o quanto é importante o arranjo com Ancine.

Silvana responde as indagações de Pollyana e Igor, hoje ela pensa numa saída de fazer um edital específico com Ancine no valor de 3 milhões para atingir os 15 milhões da Ancine, é um entendimento que é reforçado com a postura atual da agencia. Em relação a fala de Igor, ela acredita que tem uma dificuldade de entendimento do desenho de funcionamento

do poder público, o maior debate é muito sutil por respeito a orçamento público. Mas de fato existe um entendimento do papel do gestor para pactuar a política pública, mas precisa ter um clima de confiança de ambos os lados para que possamos defender a classe cultural da melhor forma. Em relação à Câmara setorial ela ressalta o papel dela no intuito de abrir o mercado e isso implica de não entregar o mercado e sim ampliar e é preciso se pensar numa forma que os dois fóruns de discussão, tanto o conselho como a câmara setorial possam contribuir da melhor forma. E que hoje a secretária está comprometida em pegar todos espaços de diálogo para fortalecer a pauta.

Com a palavra Felipe, representante da EPC, hoje ele ressalta a situação da Empresa de Pernambuco de Comunicação, existe uma grande dificuldade de perda de funcionários devido ao corte, existe também uma medida de não poder circular em locais públicos, cinemas, teatros e outros, e isto está dificultando o dia-dia da programação da empresa. E fala que está aberto a grade para a cadeia cultural, principalmente de atuação do audiovisual, para que possamos reduzir os danos da EPC.

Bruna, representante do sertão com a palavra; ela se diz angustiada com a situação atual e pergunta como pode cooperar para colaborar com o andamento do edital. E também ela questiona o resultado do edital do Funcultura, pois a lista de habilitados não está completa com as informações que foram acordadas durante a construção do edital, informações como regionalização, diretores negros e etc.

Aline com a palavra; em relação à conta do Funcultura ela esclarece que existe uma única conta com a Fundarpe, que até hoje foi destinado 3 milhões e existe uma pactuação com a secretaria da fazenda de mais 3,5 milhões para esse ano. E todo atraso hoje é justificável pelas dificuldades que estão postas. Em relação à fala de Bruna, ela responde que hoje existe um diálogo forte da secretária entre a Fazenda, o TCU e o governo de estado para que possa ser mantido o calendário e ela ressalta a atuação do conselho que está de parabéns pela postura e cobrança. Em relação ao resultado do edital ela concorda com alegação de Bruna e diz que esse ano houve uma ruptura da antiga gestão da coordenadoria e que muita coisa mudou e automaticamente ele soltou o resultado como são publicados os editais Geral e Música. Ela se desculpa e fala que publicará o resultado com essas questões que faltaram.

Por fim, Luciana Poncioni encaminha o termino da reunião;

Em relação à planilha da contrapartida dos 7,5 milhões do edital 2017/2018 será compartilhada com todo o conselho.

As medidas de resolução que regem as ações do governo do estado durante a pandemia;

E também serão divulgadas e complementadas o resultado do edital do Funcultura com informações de regionalização, diretores negros e outros.

Apresentar cronograma de reuniões ordinárias do conselho.